

Guerra à inflação

Milhões de dólares para o setor energético

O Banco Mundial (Bird) vai liberar US\$ 500 milhões em julho próximo para o saneamento do setor elétrico brasileiro, informou ontem o ministro do Planejamento, João Sayad, depois de uma audiência com o presidente José Sarney. O Bird já está mantendo contatos com bancos privados para conseguir deles mais US\$ 800 milhões, que serão repassados ao Brasil "em condições vantajosas", disse Sayad.

Se o co-financiamento se concretizar, será a primeira parcela de dinheiro novo que o Brasil receberá desde a crise financeira deflagrada em setembro de 1982 pelo México. Desde então, o Brasil nunca mais conseguiu recursos no mercado financeiro internacional, a não ser na forma de uma ilusão monetária, pela qual os bancos diziam fornecer US\$ 6,5 bilhões ao Brasil, mas o dinheiro era repassado às próprias instituições financeiras para o pagamento dos juros.

O secretário-geral do Ministério das Minas e Energia, Paulo Richer, disse ontem que os recursos de US\$ 500 milhões liberados pelo Bird para capitalização da Eletrobrás serão utilizados para o pagamento do empréstimo-ponte de Cr\$ 2,5 trilhões que o Banco do Brasil fez à Eletrobrás, em setembro passado, para evitar uma brusca interrupção no fluxo de recursos da empresa.

Programa nuclear

O diretor da Nucleon — Nuclebrás Engenharia, Carlos Syllus Martins Pinto, chamou a atenção ontem para a divisão das subsidiárias da Nuclebrás pelo esquema proposto pela comissão que reavaliou o programa nuclear, assinalando que a construção de usina nuclear não é uma obra convencional e "há riscos consideráveis na transferência da Nucleon para Furnas ou para a Eletrobrás".

Durante o I Congresso Brasileiro de Energia Nuclear, o diretor da Nucleon disse que nos Estados Unidos existem três centrais nucleares construídas e que não podem operar nem conseguem licenciamento por apresentarem defeito na construção. Isso porque elas foram construídas como se tratasse de uma obra civil convencional, na qual a fase da construção é independente da fase de montagem.

Destacou Syllus Martins Pinto que as fases de construção e montagem devem caminhar paralelamente. Há dez anos a Nuclebrás vem trabalhando assim e não vê vantagem nenhuma em mudar o atual esquema de trabalho, afirmou.

Prazo para começar a descongelar preços: três meses.

Será um processo gradual, previu o ministro Funaro em palestra no Congresso. E só atingirá os setores monopolizados ou oligopolizados bem mais tarde.



O descongelamento de preços poderá começar a ser feito, gradualmente, dentro de três meses. Essa possibilidade foi levantada ontem pelo ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, durante sua exposição sobre as mudanças introduzidas no plano de estabilização da economia pelo Decreto-Lei nº 2.284 à bancada da Aliança Democrática no Senado. Ele ressaltou que o descongelamento começará quando houver sinais de que o programa de inflação zero está dando certo, sendo acelerado à medida em que a economia for se estabilizando.

O ministro da Fazenda previu que nos próximos três meses os consumidores e todo o sistema produtivo já "estarão acostumados com a estabilidade de preços". Este dado, associado à continuidade do crescimento econômico e a taxas de juros internas compatíveis com os níveis internacionais, criarão o quadro ideal, segundo Funaro, para o governo iniciar o processo de descongelamento.

"Este processo será duro", afirmou o ministro, mas observou que "o governo e toda a sociedade conseguirão implantá-lo". Para Funaro, o descongelamento não comprometerá o plano de estabilização porque o País está aprendendo a ser "competente e competitivo". O ministro informou que os primeiros setores a terem seus preços descongelados serão aqueles que apresentarem mais competitividade.

Os segmentos monopolizados ou oligopolizados serão os últimos, segundo Funaro, indo mais além: "Estes setores, mesmo depois do descongelamento, jamais sairão do controle do CIP (Conselho Intermi-

nisterial de Preços). Só quando a economia atingir um grau de equilíbrio que permita o governo liberar totalmente as importações dos produtos fabricados por estes setores".

Apoio

O debate de Funaro com cerca de 20 senadores da Aliança Democrática reforçou o apoio da bancada do governo no Senado ao plano de estabilização da economia, analisaram assessores do ministro e os próprios senadores. Na verdade, não houve um debate propriamente dito. Todos os senadores manifestaram integral apoio ao pacote do governo, fazendo apenas pedidos de esclarecimento e nenhuma crítica ou contestação.

A liderança do governo no Senado resolveu, antes do encontro, abrir o debate para a participação de deputados da oposição. Estiveram presentes Armando Pinheiro (PTB-SP), Gastone Righi (PTB-SP) e Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP). Os deputados não fizeram perguntas a Funaro. Apenas Suplicy inscreveu-se na lista de debatedores, mas seu nome era o último da lista e o horário já havia "estourado". Suplicy revelou que proporia a Funaro a transformação do Decreto-Lei nº 2.284 em projeto de lei, passível de sofrer emendas, portanto.

Ao longo do encontro no Senado, Funaro abordou vários pontos. A seguir, os principais deles.

BNH — O ministro prometeu, para ontem mesmo, a divulgação dos critérios de ajustamento e congelamento das prestações e saldos devedores da casa própria. Funaro observou que após esta definição, o governo iniciaria um longo proces-

so de estudos que possam levar ao saneamento de todo o Sistema Financeiro da Habitação. Ele lembrou que a situação do sistema é grave, informando que apenas o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) aponta, atualmente, um déficit potencial de Cz\$ 100 bilhões, caso o governo não tome nenhuma medida.

Bancos e juros — A criação de bancos regionais, que passariam a dividir com os grandes conglomerados a operação do sistema financeiro, é, na opinião de Funaro, o principal mecanismo de ajuste do setor à nova realidade introduzida pelo plano de estabilização. Outras saídas: redução da sofisticação oferecida pelos bancos, ou a cobrança desta, mas apenas para os grandes clientes. Funaro defendeu a necessidade de os bancos passarem a cobrar uma série de serviços prestados gratuitamente até agora. Ele prometeu estudar a possibilidade do governo também passar a pagar os bancos pelo recolhimento de impostos federais.

O ministro da Fazenda reiterou a intenção do governo de não tabelar os juros, mas apenas administrar a queda das taxas através do Banco Central. Funaro observou que, desde a implantação do plano, os depósitos a vista nos bancos duplicaram e que o governo prevê que eles tripliquem nos próximos 30 dias. "Isto aumentará a liquidez dos bancos, forçando a queda nas taxas", afirmou o ministro, acrescentando que o governo não tenciona, no momento, reduzir o depósito compulsório sobre os bancos.

Agricultura — O ministro prometeu, para os próximos 20 ou 30

dias, a regulamentação do plano e estabilização na área agrícola. Serão revistas as taxas de juros para o crédito ao setor, com a tendência de serem criadas taxas diferenciadas para as características de cada região do País. Ele observou que a política de preços mínimos será revista também.

Estatals — O congelamento geral de preços — que abrange também as tarifas das estatais — gerou "problemas sérios", segundo Funaro, em apenas duas áreas: combustíveis e trigo. Todas as outras estatais, explicou, tiveram suas tarifas congeladas sem defasagem nos seus custos de produção. Algumas estavam, em 28 de fevereiro passado, com reajustes acima da inflação acumulada até aquela data, e a queda dos preços do petróleo a nível internacional minimiza o déficit da Petrobrás. Mas o problema do trigo — com subsídio projetado em Cz\$ 17 bilhões apenas neste ano — precisa ser resolvido, explicou Funaro. O governo continuará "enxugando" os gastos das estatais e manterá seu programa de privatização.

Gastos públicos — Funaro reafirmou o equilíbrio das contas públicas para 1986, mesmo com todas as alterações do plano de estabilização. O ministro deu um recado duro aos Estados e municípios. "E hora destas esferas também ajustarem suas contas." Dando a entender que o governo federal, agora, pode dar exemplo neste campo, Funaro lembrou que existem Estados e municípios que se tornaram "invíáveis economicamente" se não contiverem seus gastos e ajustarem suas contas.



O que Sayad vai dizer a nossos credores

O programa de estabilização da economia brasileira será explicado terça-feira pelo ministro do Planejamento, João Sayad, aos credores externos em San José da Costa Rica, de onde retornará terça-feira, após o encontro com os representantes de cerca de 700 bancos credores credenciados à Assembléia do BID. O Brasil pedirá a essa instituição multilateral mais recursos, que este ano se limitaram a US\$ 500 milhões, e redução da contrapartida do País aos empréstimos.

Conforme o ministro do Planejamento, o tema dominante das discussões da Assembléia do BID será o aumento de recursos do banco. A esse respeito, a posição dos Estados Unidos é fundamental, por causa de sua contribuição para a manutenção do BID. Além disso, deverá ser contemplada a exata quantificação dos recursos de capital, que poderá atingir o montante de US\$ 4 bilhões.

Essa questão de recursos é fundamental, conforme Sayad, já que tem relação inclusive o Plano Baker. Com isso, espera-se uma definição sobre o novo papel tanto do BID como do Banco Mundial na renegociação mais ampla da dívida externa dos países latino-americanos, notadamente o Brasil, o maior devedor do mundo.

Em princípio, conforme o ministro, deverá ser levada em consideração a necessidade de um aumento significativo de recursos do BID, principalmente para os países do grupo A — Brasil, Argentina, México e Venezuela — e agitação no fluxo dos recursos, visando a que os países, individualmente, recuperem sua participação relativa no total dos empréstimos.

Além disso, o Brasil deverá propor que os empréstimos do BID a partir de agora tenham maior flexibilidade e sejam destinados não a planos específicos mas a projetos setoriais. Com isso, por exemplo, o Brasil poderá obter recursos do BID para solucionar um eventual problema de balanço de pagamentos, o que não é o caso na atual conjuntura.

Resultados positivos

O ministro do Planejamento disse que a economia brasileira passa por ótima fase, não só pela implementação do programa de estabilização, como também pelo comportamento das taxas de juros externas e das relações cambiais. Em mensagem transmitida, pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), através de circuito fechado de televisão a empresários de 32 cidades, garantiu que a sociedade brasileira logo tomará conhecimento dos resultados positivos da nova conjuntura econômica e social do País.

Segundo explicou, o governo concentra suas preocupações, no momento atual, na recuperação do parque industrial e do poder aquisitivo do salário do trabalhador para atender à demanda necessária ao desenvolvimento econômico. Acrescentou que, pelo lado do governo, tudo corre dentro das previsões, com destaque especial para o controle do déficit público e as variações cambiais.

Sayad, diretamente de Brasília, abriu o programa de entrevista sobre os efeitos do programa de estabilização nos diferentes segmentos da economia, concedida pelos secretários-adjuntos da Receita Federal, Jimir Doniak, da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), Luiz Roberto Azevedo da Cunha; e de Assuntos Econômicos da Seplan, Marcelo Lara Resende, além dos economistas José Cláudio Ferreira da Silva e Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea).

Após ressaltar que o governo exerce perfeito acompanhamento no comportamento dos preços agrícolas, Sayad disse que a estabilidade das contas públicas reduzirá, de forma progressiva, a necessidade de colocação de títulos de dívida no mercado. Acrescentou que grande parte da dívida pública do governo era provocada pela correção monetária calculada sobre inflação elevada.

O ministro do Planejamento recebeu ontem uma comitiva de empresários japoneses, e conversou sobre a retomada da colaboração financeira, de investimentos, e na área tecnológica. Os japoneses solicitaram que o Brasil aumente suas importações.

O grupo empresarial japonês representa as 20 maiores indústrias daquele país e o Keidanren — entidade que reúne os industriais japoneses.

Ministro interino

O ministro interino do Planejamento, de amanhã até terça-feira, será o chefe de gabinete de Sayad, José Carlos Braga. Ele é administrador, já trabalhou com Sayad na secretaria da Fazenda de São Paulo, é extremamente discreto e acompanha o ministro a todos os compromissos. O secretário-geral, Henri Philippe Reischtl, não poderá assumir o cargo de ministro porque não é brasileiro nato.